BOLETIM FINDE
Edição de set/dez de 2021, v. 2, n. 3. ISSN: 2675-7389

FINDE
GRUPO DE PESQUISA EM FINANCEIRIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Universidade Federal Fluminense

Brasil à deriva: os retrocessos de 2021 e os desafios para 2022

AUTORAS E AUTORES DA PUBLICAÇÃO

Adriano Vilela Sampaio – Andrea Gama - Carmem Feijó - Dalton Boechat Filho
Daniel Henriques - Eduardo Mantoan - Elena Soihet – Eliane Araújo – Elisangela Araújo
Fernando Freitas – Jéssica Maldonado - Júlia Leal - Leandro Monteiro - Linnit Pessoa
Luciano Luiz Manarin D'Agostini – Luiz Macahyba – Maria Isabel Busato - Maurício A. Weiss
Norberto Montani Martins – Paula Marina Sarno - Paulo Gonzaga M. Carvalho
Pedro Lange N. Machado – Samuel Costa Peres – Stefan W. D'Amaro – Talita Cardoso Ferreira

www.finde.uff.br - facebook.com/findeuff

FINDE
GRUPO DE PESQUISA EM FINANCEIRIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Universidade Federal Fluminense

BOLETIM FINDE: v.2, n.3, 2021

BRASIL À DERIVA: RETROCESSOS DE 2021 E OS DESAFIOS DE 2022

www.finde.uff.br

TAXA DE LUCRO DOS BANCOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS SEUS COMPONENTES E DE SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2015-2020*

Norberto Montani Martins
Professor do IE/UFRJ e pesquisador do Finde/UFF
Paula Marina Sarno
Pesquisadora de Pós-Doutorado da UFF e do Finde/UFF
Dalton Boechat Filho
Doutorando no IE/UFRJ
Luiz Macahyba
Doutorando do IE/UFRJ

> Banks and bankers are not passive managers of money to lend or to invest; they are in business to maximize profits. They actively solicit borrowing customers, undertake financing commitments, build connections with business and other bankers, and seek out funds. Their profits result from charging for funds they make available, even as they pay for funds. Banks, in effect, lever their equity base with other people's money, and profits are derived from fees for accepting debts, committing funds, and miscellaneous services-as well as the spread between the interest rates they charge and they pay. (MINSKY, 2008, p. 256-7)

Fatores como a permanência de elevadas taxas de juros e o processo de concentração em poucas e grandes instituições têm sido apontado em vários estudos como responsáveis pela elevada taxa de lucro (retorno sobre o patrimônio líquido) do setor (e.g. Claessens, Coleman e Donnelly, 2018). Ademais, o setor bancário no Brasil é reconhecido por sua capacidade incomum de se adaptar a ambientes bem distintos do ponto de vista macroeconômico, mesmo se comparado ao comportamento deste setor em países como Estados Unidos, Rússia, Índia e China (Revista Exame, 2010).

No período recente o desafio para aqueles que analisam o comportamento do sistema bancário no Brasil é compreender a resiliência da rentabilidade bancária frente à trajetória inédita de queda na taxa de juros básica da economia, que perdurou do final de 2016 até o final de 2020, atingindo um dígito desde o final de 2017. Intuitivamente, espera-se que os bancos prosperem em ambientes macroeconômicos onde vigorem elevadas taxas de juros e tenham dificuldades de sustentar seus resultados em conjunturas de queda nessas taxas. Isto porque uma das principais fontes de receitas dessas instituições são os juros cobrados nos créditos que oferta e os ganhos de tesouraria, que dependem da remuneração de operações compromissadas e ativos cuja rentabilidade está, de alguma forma, associada ao comportamento da taxa Selic.

Soma-se a isso uma conjuntura macroeconômica também marcada por uma trajetória pífia de recuperação da atividade econômica, após a profunda recessão de 2015/2016 (Sicsú, 2019), e os efeitos recessivos da pandemia desde 2020, que tendem a reduzir a demanda de crédito por parte das empresas[1] e impactar a própria disposição das instituições financeiras em ofertar crédito.

* * Os autores agradecem a Julia Bustamante Silva e Victor Ho pela colaboração na pesquisa. Agradecem também a Eduardo Costa Pinto pelos dados sobre lucratividade das empresas brasileiras utilizados no trabalho. Eventuais erros e imprecisões são de responsabilidade exclusiva dos autores.

** Uma versão completa desse trabalho está disponível como Texto de Discussão IE UFRJ no 029|2021.

[1] No caso da pandemia, a questão torna-se mais complexa, pois as empresas, especialmente de menor porte, acabaram se deparando com uma necessidade de caixa substancial para lidar com a queda nos fluxos de entrada de recursos, levando-as a demandar recursos. Ver Torres Filho, Macahyba e Martins (2020).

Tabela 1 - Detalhamento do Resultado de Intermediação Financeira do Setor Bancário Agregado – taxa de crescimento real e média móvel – 2015-2020

Ano	Receitas de Intermediação Financeira			Despesas de Intermediação Financeira				Resultado d Intermediaçã Financeira
	Crédito	TVM	Subtotal	Captação	Obrigações por Empréstimos e Repasses	Resultado de PCDL	Subtotal	
Média Móvel 5 anos (R$ bilhões correntes)								
2015	344,3	163,5	574,4	-262,4	-57,9	-83,5	-431,5	142,8
2016	384,7	200,5	652,5	-318	-61,3	-95,3	-497,3	155,2
2017	417,4	224,9	708,9	-354,6	-65,9	-101,2	-538,7	170,2
2018	437,7	236,6	735,3	-364,4	-75,7	-102,2	-554,3	181
2019	448	239,4	742	-351,8	-75,8	-104,8	-541	201
2020	451,6	234,5	740,4	-336,8	-96,6	-111,2	-556,1	184,3
Taxa de Crescimento Real (Δ% a.a.)								
2015	23,50%	10,60%	13,00%	-4,60%	54,20%	11,50%	3,30%	49,60%
2016	14,60%	60,20%	35,30%	78,10%	-44,60%	46,50%	48,60%	0,60%
2017	-3,40%	-16,70%	-11,10%	-21,40%	7,80%	-10,00%	-17,80%	14,80%
2018	2,60%	-14,90%	-5,60%	-18,90%	90,00%	-13,90%	-7,00%	-1,70%
2019	5,70%	11,60%	7,30%	-1,00%	-24,40%	18,20%	-2,20%	31,90%
2020	7,50%	-14,00%	0,50%	-17,50%	193,80%	24,50%	28,40%	-53,50%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do IF.Data, BCB.

Entretanto, em que pese esse conjunto de fatores, e, como veremos ao longo do texto, em consonância com a citação de Minsky em epígrafe, o setor não demonstrou dificuldades em sustentar os seus resultados na maior parte do período de 2016 a 2020, especialmente quando comparado a outras empresas não financeiras (Pinto et al., 2019). A taxa de lucro bruta calculada como o resultado operacional e não operacional em relação ao patrimônio líquido, antes da tributação, e da distribuição de lucros e dividendos mostrou-se resiliente nesse período. Ainda que 2015 tenha sido o melhor ano da série, com 24,1% de taxa de lucro, o indicador se manteve ao redor de 19% nos anos seguintes, somente caindo no ano de 2020.

Com isso, o primeiro desafio que se coloca é compreender quais os fatores que explicam o comportamento das receitas e despesas de intermediação que condicionaram esse desempenho. A outra fonte fundamental de receitas que aparentemente também não demonstrou dificuldades de se manter no período analisado foram as receitas de serviços e tarifas. Neste caso, o desafio é analisar o porquê e se a lucratividade das instituições já estaria sendo afetada devido às impressionantes mudanças estruturais que se delineiam no setor bancário,

2 A análise dos demais componentes da lucratividade, em especial, a tributação, que tem especificidades contábeis importantes, é também fundamental para entender o lucro final apresentado nos balanços dos bancos. Entretanto, para isso seria necessário analisar as regras contábeis e as estratégias implementadas pelos bancos nesse campo, optamos assim por realizar essa tarefa num trabalho posterior. Por ora, o objetivo é tratar dos condicionantes da atividade bancária propriamente dita.

especialmente, as que tendem a promover pressões competitivas, como as *fintechs* de pagamentos, o *open banking,* o Pix etc.

Com o objetivo de responder a esses dois blocos o artigo analisa os diferentes componentes do resultado operacional da demonstração de resultado contidos nos balanços dos bancos comerciais e múltiplos no período de 2015 a 2020, notadamente, a evolução da lucratividade das instituições financeiras brasileiras e os seus determinantes[2].

A metodologia empregada neste artigo está pautada na construção e análise de indicadores e estatísticas descritivas dos bancos comerciais e múltiplos (com carteira comercial) e caixas econômicas tendo como referência os dados disponibilizados no sistema IF.Data, no Relatório de Estabilidade Financeira e no Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil.

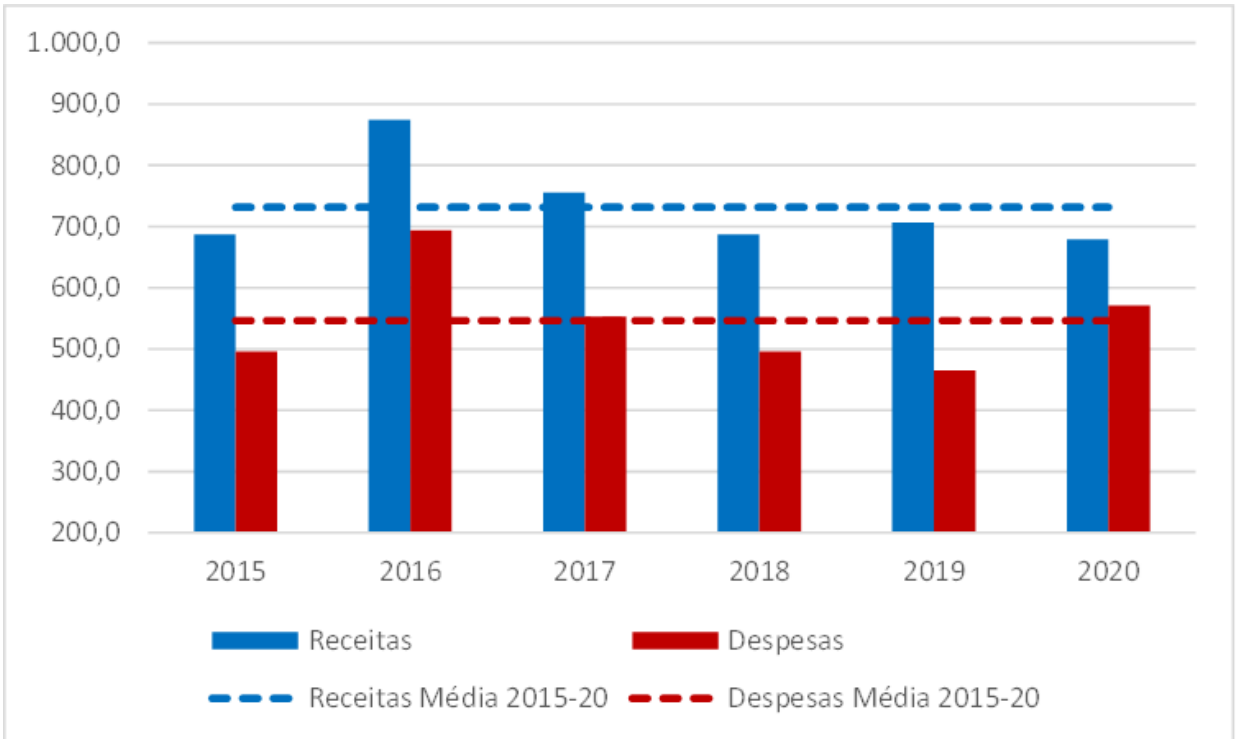
Resultado de Intermediação financeira

Para compreender o desempenho dos bancos brasileiros, iremos, primeiramente, analisar a evolução dos principais componentes da demonstração de resultado, buscando verificar o que influenciou o comportamento do resultado de intermediação financeira dos bancos múltiplos e comerciais.

É possível observar na Tabela 1 certa persistência do resultado gerado pelos bancos ao longo do período 2015-2020, com uma queda pronunciada somente neste último ano, devido às circunstâncias excepcionais da pandemia da covid -19. A média móvel de cinco anos do "Resultado de Intermediação Financeira", que suaviza a volatilidade anual dessa estatística, se expande de forma contínua no período, até registrar uma queda em 2020. Para valores constantes anuais verifica-se uma persistência com crescimento em vários anos do período, porém, sem uma tendência definida.

Se abrirmos os componentes das receitas de intermediação observa-se que as principais rubricas são as rendas de operações de crédito e as rendas de operações com títulos e valores

Gráfico 1 – Receitas e Despesas de Intermediação (R$ Bilhões) – 2015-2020



Fonte: IBGE, IF.Data.

mobiliários (TVM), que juntas representam mais de 90% do total de receitas em todo o período, sendo as demais rubricas residuais para a compreensão do resultado.

Enquanto as receitas de crédito apresentaram taxas de crescimento positivas em praticamente todos os anos, à exceção de 2017, as receitas de operações com TVM apresentaram quedas em vários anos do período de referência (ver Tabela 1). Este comportamento resulta diretamente dos efeitos do processo de redução na taxa de juros básicas da economia.

Porém não devemos negligenciar os efeitos que a taxa de juros também teve sobre as despesas de intermediação. Muito embora a média móvel de cinco anos indique uma expansão dessas despesas, o comportamento anual a preços constantes mostra outra imagem, com uma trajetória recorrente de queda no volume de despesas até 2019. O ano de 2020 foi exceção, assim como no caso das receitas, devido à pandemia.

Os custos de captação dos bancos caíram substancialmente nos últimos anos, acompanhando o processo de redução da taxa básica de juros. A preços de 2020, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), os custos de captação saem de R$ 500 bilhões em 2016 para R$ 223 bilhões em 2020. A sensibilidade dessa variável à taxa de juros é notável.

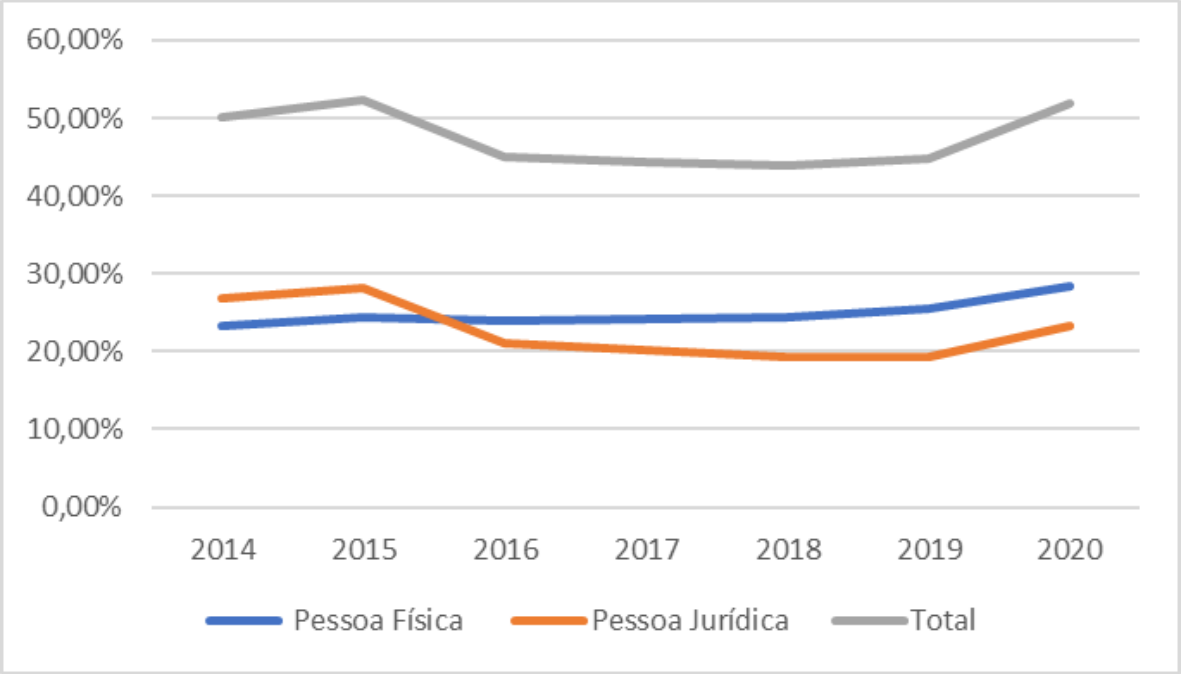
De acordo com os dados das demonstrações de resultado, verifica-se que as despesas de intermediação financeira como um todo apresentaram queda de 2017 a 2019, e com taxas de decréscimos muitas vezes mais expressivas que as apresentadas pelas receitas de intermediação. Como resultado dessa dinâmica, o setor logrou manter e por vezes mesmo ampliar a diferença no saldo das receitas em relação as despesas no período analisado.

Do ponto de vista do comportamento do saldo e das receitas de créditos no período analisado, o primeiro fator a ser observado é a ocorrência de uma queda significativa dos saldos reais ofertados pelos bancos. O saldo do crédito concedido pelos bancos comerciais e múltiplos (com carteira comercial) e caixas econômicas em relação ao PIB da economia apresentou forte queda no ano de 2016, caracterizando uma reversão da tendência marcante que havia sido observada na economia desde 2004. A participação no PIB do crédito concedido pelos bancos que era de 52% em 2015 cai para 45% em 2016 e para 44% em 2017. O indicador chega a subir um pouco atingindo 45% em 2019, mas é somente em 2020 que a participação vai apresentar um crescimento mais significativo, retornando aos 52% verificados em 2015 (Tabela 2).

A queda do indicador em 2016 se deve ao comportamento do crédito às empresas, que se reduz de 28%, em 2015, para 21%, em 2016, e pode ser explicada pela forte recessão vivenciada pela economia. Este indicador cai ainda mais um pouco nos anos posteriores, chegando a 19% em 2018, o que demonstra, ao nosso ver, completa ausência de dinamismo da economia brasileira no período, marcada por uma pífia recuperação de atividade econômica. Já o crédito concedido às famílias apresenta comportamento bem distinto: se mantém estável em 24% do PIB de 2015 até 2018, crescendo mais um pouco em 2019, quando atinge 25%[3]. Já a recuperação da participação do crédito no PIB no ano de 2020 se explica por um crescimento dos dois grupos: de 25% para 28% das pessoas físicas e de 19% para 23% das pessoas jurídicas, ainda que, é bom ressaltar, numa conjuntura de significativa queda do PIB.

3 Para uma discussão acerca das características do processo de endividamento das famílias no Brasil, ver Sarno (2020).

Gráfico 2 -Evolução do Saldo do Crédito dos Bancos Comerciais e Múltiplos com Carteira Comercial e Caixas Econômicas por segmento em relação ao PIB % –- 2014-2020



Fonte: IBGE e BCB, IF.Data.

Em decorrência do comportamento diferenciado dos dois grupos, altera-se, assim, de maneira expressiva a composição do crédito bancário por cliente final. No período anterior ao processo recessivo de 2015/16 havia uma predominância do crédito concedido pelos bancos à pessoa jurídica - em 2014, representava 54%, e em 2015, 56%. Contudo, a partir de 2016 é o crédito à pessoa física que passa a ter maior participação e chega a representar 57% do saldo de créditos em 2019. É somente em 2020 que é possível observar uma recuperação da participação do crédito às empresas, mas os montantes direcionados às famílias ainda predominam com 55% dos saldos contratados.

A alteração da composição do crédito por cliente final em direção a uma maior participação da pessoa física foi importante para contrabalançar os efeitos sobre a receitas de intermediação decorrentes da queda no saldo das operações direcionadas às empresas. Primeiramente porque o saldo dessas operações apresentou um comportamento mais estável, impedindo uma contração ainda maior do volume de crédito. Mas o aspecto mais determinante dessa mudança de perfil do crédito parece ser o seu efeito sobre o retorno médio das operações, visto que a carteira voltada às famílias é muito mais lucrativa devido às maiores taxas, e, portanto, amortece a queda das receitas que adviria da redução das taxas de juros.

De fato, há uma diferença significativa. Verifica-se que os juros médios recebidos das operações direcionadas às PF são mais elevados do que os juros cobrados nas operações direcionadas às empresas. De acordo com as informações do Banco Central, o Indicador do Custo do Crédito (ICC), que é a média do custo dos créditos em curso, atingiu no tocante às empresas o pico de 17% no início de 2017, caindo para 11%, no início de 2021, enquanto para o crédito às famílias foi de 29% e 22% respectivamente.

Além dos fatores acima mencionados, cabe ressaltar que o efeito da queda na taxa básica de juros sobre as receitas das operações de crédito é

tão mais lento quanto mais predominam operações contratadas com taxas de juros prefixadas. Por conseguinte, esse efeito vai depender do ciclo de renovação da carteira de crédito, ou seja, o reflexo nos contratos de crédito de taxas de juros em vigor cada vez mais baixas se dá à medida em que vai ocorrendo o processo de extinção, renovação ou renegociação dos créditos. Ainda que o percentual das operações prefixadas tenha caído entre 2014 e 2017, na maior parte do período analisado elas representam mais da metade dos empréstimos contratados.

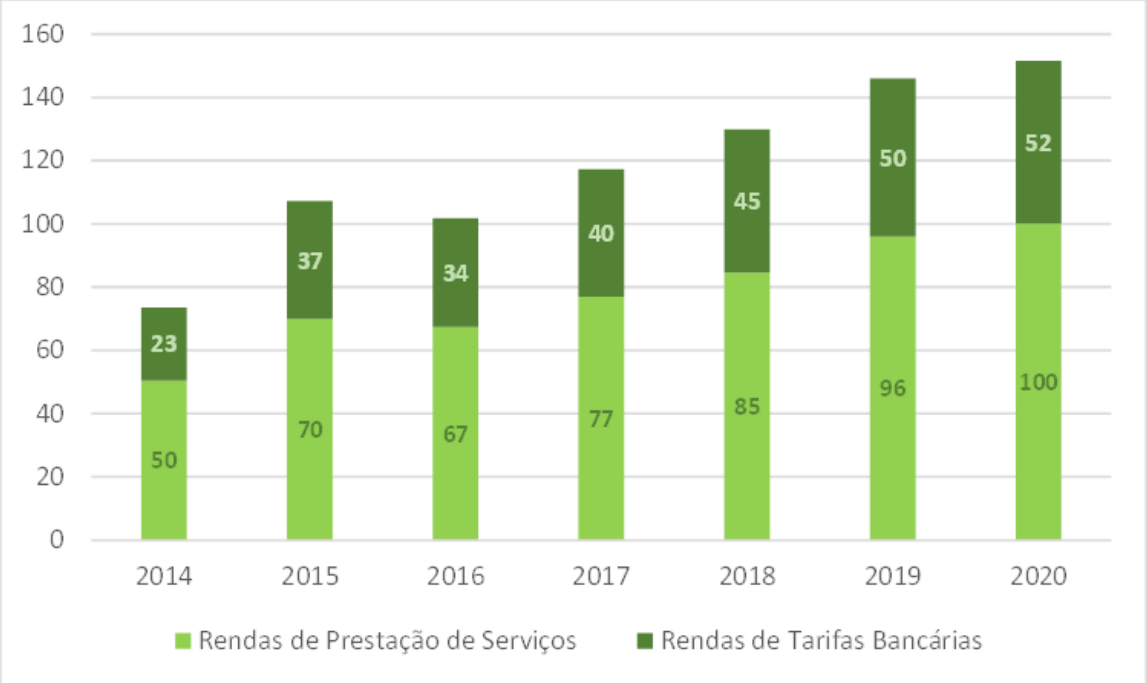
Ou seja, a evolução das receitas de crédito teve um desempenho relativo melhor do que as receitas de títulos e valores mobiliários em decorrência dos fatos acima descritos. O comportamento errático das receitas totais de intermediação, porém, ainda respondeu ao decréscimo na taxa de juros básica. A questão então seria entender o que explicaria que os resultados de intermediação apresentaram uma trajetória descolada de suas fontes de receitas. Na verdade, a resposta a essa questão requer que complementemos a análise com o comportamento das despesas de intermediação.

Carvalho (1993, p. 120) argumenta que "os bancos não devem apenas fazer escolhas com relação a suas aplicações, mas também com relação a suas fontes de recursos". As despesas de intermediação financeira apresentaram, na maior parte do período analisado neste trabalho, quedas ainda mais expressivas que as apresentadas pelas receitas de intermediação.

No caso brasileiro, as captações dos bancos no mercado interno se concentram significativamente no curto prazo, em passivos de liquidez imediata, notadamente depósitos à vista, depósitos de poupança e outras captações com liquidez imediata, como operações compromissadas de 1 dia.

Nos mercados interbancários que respondem pelas outras captações com baixíssima

Gráfico 3 - Rendas de Tarifas e Serviços do Setor Bancário (R$ bilhões de 2020 atualizados pelo IPCA) – 2014-2020



Fonte: IF.Data, BCB.

maturidade, as despesas que as instituições incorrem para angariar recursos são atreladas ao comportamento da taxa Selic, no caso das operações compromissadas, ou indexadas à taxa dos depósitos interfinanceiros. Com isso, as operações do lado do passivo bancário são capazes de refletir de forma mais tempestiva o efeito da queda da taxa básica de juros, ou, em outras palavras, os juros pagos pelos bancos nas operações de captação são mais sensíveis ao comportamento das taxas de curto prazo.

Taxas, tarifas e prestação de serviços

Para melhor compreender a resiliência da taxa de lucro dos bancos brasileiros é necessário analisar não só os resultados de intermediação, mas também avaliar se e como essas instituições são capazes de diversificar suas fontes de receita.

O setor bancário no Brasil já apresentou como estratégia, em vários momentos, recompor ou fomentar suas receitas por meio do aumento de tarifas ou do custo de prestação de serviços.[4] Seria o caso, portanto, de investigar como esse processo se deu no período mais recente.

O Gráfico 2 mostra a evolução das rendas de tarifas e de prestação de serviços auferidas pelo setor bancário brasileiro de 2014 a 2020, a preços constantes deste último ano. No período, essas receitas se expandem de R$ 74 bilhões em 2014 a R$ 152 bilhões em 2020, apresentando um crescimento praticamente contínuo – só há uma leve queda entre 2015 e 2016. Em ambos os subgrupos, o volume de rendas dobra no período de análise. As rendas de prestação de serviços respondem pela maior parte dessas receitas, com uma divisão de cerca de dois terços das rendas advindo da prestação de serviços e o terço restante dos ganhos com tarifas.

O ritmo de crescimento dessas rendas, porém, não é homogêneo entre os dois grupos (Gráfico 2). Enquanto as receitas com serviços parecem apresentar um ritmo de crescimento um pouco mais sustentado, em termos reais, as rendas de tarifas apresentam uma trajetória de redução no seu ritmo de crescimento desde 2017, agravada pela crise da covid-19. Obviamente, as rendas de serviços também foram impactadas pela pandemia, mas respondem a uma dinâmica diferente, com a diversificação da oferta de serviços[5] permitindo uma maior sustentação dessas receitas.

No período de interesse deste artigo, as rendas de tarifas e serviços ganharam maior peso quando comparadas às receitas de intermediação. Em 2014, essas rendas representavam 15,2% de todas as receitas de intermediação e passaram a representar, em 2020, 22,3% – um aumento de 7,1 pontos percentuais. Isso indica que a busca de rentabilidade pelos bancos não negligencia essas receitas, muito embora elas tenham menor peso relativo no total de receitas auferidas pelas instituições.

Diferentemente do resultado de intermediação, não é possível associar um custo específico (e.g. custo de captação) à prestação de serviços e à oferta de tarifas. Esse custo fica diluído na estrutura mais ampla de custos da instituição financeira, captado pelas despesas administrativas e de pessoal. Na literatura é comum utilizar a evolução dessas despesas como uma referência para comparação da evolução das receitas de serviços e tarifas, buscando aferir a "eficiência

4 No passado, em especial, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, as receitas com prestações de serviços e tarifas serviram como uma forma de compensar a perda das receitas inflacionárias durante o processo de reestruturação do sistema financeiro brasileiro (IBGE; ANBIMA, 1997; DIEESE, 2006).

5 Incluem rendas de administração de fundos de investimento, assessoria técnica, cobrança, comissões de colocações de títulos, corretagem, serviços de custódia, pacotes de serviços etc.

operacional" dos bancos a partir de indicadores que relacionam ambas as medidas.

A preços constantes do último ano, as despesas administrativas saíram de R$ 65 bilhões em 2014 para R$ 109 bilhões em 2020, ao passo que as despesas com pessoal saíram do patamar de R$ 61 bilhões em 2014 para R$ 112 bilhões em 2020. Essa trajetória revela que as despesas administrativas e de pessoal acompanharam, organicamente, a expansão do setor bancário nesse período: a estrutura operacional necessária para dar conta do aumento das atividades no segmento bancário trouxe novos custos e dispêndios para as instituições.

É interessante notar, contudo, que, diferentemente do passado, essa expansão das despesas não foi acompanhada por uma expansão da rede de agências que, ao contrário decrescem de aproximadamente 23.500 para um pouco menos de 20.000 agências no país. A pandemia de covid-19 pode até ter acelerado a reestruturação dos canais de atendimento do setor bancário, mas só veio a consolidar uma tendência já existente de digitalização via uso de *mobile* e *internet banking*, o que pode ter tido reflexos importantes nas despesas realizadas pelo setor.

O índice de eficiência operacional[6] calculado pela razão entre a soma das despesas de pessoal e outras despesas administrativas e a soma das receitas de prestação de serviços e de tarifas revela uma melhora da eficiência do setor no período o que, em parte, ajuda a explicar o comportamento e a resiliência da taxa de lucro das instituições financeiras brasileiras. O indicador apresenta uma tendência de queda de 2014 a 2019, de 1,72 a 1,42 com uma pequena piora em 2020, quando sobe para 1,46.

Contudo, é necessário acompanhar como os bancos incumbentes irão reagir às várias mudanças pelas quais o sistema financeiro deverá passar no futuro próximo. O sistema de pagamentos instantâneo Pix já é uma realidade no Brasil e afetou diretamente a capacidade de cobrança de tarifas de pessoas físicas. O fechamento das agências poderá ajudar a economizar alguns custos, porém o processo de digitalização demandará dispêndios relevantes com pessoal e com resiliência cibernética. Ademais, a entrada de *fintechs* com novas soluções de pagamento, de cartão de crédito e de investimentos, além do próprio *open banking* em implementação, poderá afetar diretamente a capacidade de cobrar por serviços dos bancos.

Conclusão

Ao longo dos anos foram muitas as metodologias e enfoques utilizados com o objetivo de explicar a elevada e resiliente lucratividade bancária no Brasil. Há muito predomina, ao menos entre economistas heterodoxos, o entendimento de que a explicação para esse fenômeno residiria nos condicionantes macroeconômicos. No caso, a igualmente resiliente e elevada taxa de juros, que fazia engordar a carteira de títulos públicos dos bancos, assim como tornava altas as taxas de juros cobradas nos empréstimos bancários. Era assim entendido que o *spread* do crédito (taxa de juros dos empréstimos menos a taxa de captação dos recursos) era alto devido ao custo de oportunidade, ou seja, à possibilidade de obter bons rendimentos, liquidez e segurança detendo títulos públicos.

Neste artigo analisamos como a taxa de lucro dos bancos brasileiros se comportou num período de queda sistemática e significativa da taxa básica de juros, cobrindo o período de 2015 a 2020. Verificamos que os bancos brasileiros foram capazes de manter elevadas taxas de lucro a despeito da queda da taxa de juros e do marasmo

6 Na literatura costuma-se avaliar a eficiência operacional dos bancos a partir da comparação entre as receitas e despesas (ANDIMA, 2001).

econômico. Os dados e indicadores analisados demonstram que isso foi possível em decorrência de sua capacidade de reorganizar seus portfólios de empréstimos para linhas com maior retorno, especialmente, as destinadas a pessoas físicas, e de controlar seus custos de captação. Desse modo, foram capazes de recompor suas receitas operacionais e sua margem de juros, a despeito da queda real nas rendas auferidas pelas tesourarias em transações com títulos e valores mobiliários.

O crédito à pessoa física destaca-se como fator fundamental para o volume e retorno das operações de crédito no período demonstrando a relevância de compreendermos melhor os determinantes do processo de endividamento das famílias no Brasil recente, que tem se demonstrado resiliente mesmo durante o período de recessão econômica.

Verificamos também a importância da estratégia dos bancos de diversificação de receitas tendo em vista o crescimento das receitas de serviços e tarifas no total das receitas auferidas ao longo do período analisado. As despesas com pessoal e administrativas apresentaram comportamento similar, se expandindo no período, mas a taxas cada vez mais baixas. Com isso, foi possível às instituições gerarem resultado também por essa via, mas com uma capacidade mais limitada em relação ao verificado no caso da intermediação.

Em outras palavras, esse estudo referenda a percepção de que os condicionantes macroeconômicos são essenciais para explicar a trajetória da rentabilidade dos bancos no Brasil, mas os bancos são administradores dinâmicos de seus balanços e, portanto, buscam alcançar níveis de rentabilidades elevados manejando os volumes e preços de suas operações ativas e passivas, independentemente da trajetória das principais variáveis financeiras (MINSKY,2008; PAULA, 2014).

No caso das rendas de tarifas ocorre uma trajetória de redução no seu ritmo de crescimento. Isto parece indicar um certo esgotamento da estratégia de cobrança e elevação das tarifas bancárias, mas, exceto com relação ao PIX, não é ainda possível identificar claramente os efeitos de uma pressão concorrencial com a entrada de novas *fintechs* e bancos digitais nesse resultado (MACAHYBA ET AL., 2021).

Entendemos que fatores como o nível da margem de juros do setor bancário no Brasil que foi mantida ao longo do período analisado, que resulta da relação entre as taxas das operações de empréstimos e as taxas de captação, não foi motivo de análise e reflete fatores de ordem mais estrutural. Entendemos que, como agenda de pesquisa futura, será necessário estudar os fatores de ordem mais perene, que explicam a dinâmica e os resultados do setor ao longo das últimas décadas.

Por fim, cabe continuar a acompanhar os desdobramentos da política monetária do Banco Central do Brasil. Esta agora marcada claramente por um novo "ciclo" de elevação da taxa Selic que ocorre, coincidentemente, num momento em que, apesar do conforto com que os bancos brasileiros atravessaram essa fase de juros decrescentes, poderia apresentar dificuldades de perpetuação. Isto porque com o nível que atingiu a SELIC, visualizava-se já um limite a continuidade do processo de queda dos custos de captação o que requereria uma receita de juros também estável.

Este artigo é só uma primeira aproximação, que busca inaugurar uma linha de pesquisa perene dedicada a acompanhar e interpretar os fenômenos empíricos que caracterizam a lucratividade dos bancos brasileiros.

Referências bibliográficas

ANDIMA. *O Novo Perfil do Sistema Financeiro.* Rio de Janeiro: Andima, 2002.

ANDIMA; IBGE. *Sistema Financeiro*: Uma análise

a partir das Contas Nacionais 1990-1995. Rio de Janeiro: Andima/IBGE, 1997.

CARVALHO, F. J. C. Sobre a endogenia da oferta de moeda: réplica ao professor Nogueira da Costa. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 13, n. 3, pp. 114-121, 1993.

CLAESSENS, S.; COLEMAN, N.; DONNELLY, M. "Low-For-Long" interest rates and banks' interest margins and profitability: Cross-country evidence. *Journal of Financial Intermediation*, v. 35, Part A, p. 1-16, 2018.

DIEESE. *As Receitas de Prestação de Serviços dos Bancos*. Brasília: DIEESE, jun. 2006.

MACAHYBA, L.; BOECHAT, D.; MONTANI MARTINS, N.; SARNO, P. M. Fintechs: o que são e quais as perspectivas concorrenciais na indústria financeira brasileira. Texto para Discussão IE/UFRJ, nº 034, 2021.

MINSKY, H. P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New York: McGraw Hill, 2008.

PAULA, L. F. Dinâmica dos Bancos em uma Economia Monetária. In: PAULA, L.F. *Sistema Financeiro, Bancos e Financiamento da Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. A Guerra de Todos Contra Todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 54, dez. 2019.

REVISTA EXAME. Exame Melhores e Maiores 2010. São Paulo: Revista Exame, 2010.

SICSÚ, J. Brasil: É uma depressão, não foi apenas uma recessão. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 23(1), p. 1-41, 2019.

BOLETIM DO GRUPO FINDE

Edição quadrimestral: v.2, n.3, set/dez de 2021.
ISSN: 2675-7389

É uma publicação do **grupo de pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento** que reúne reflexões acerca dos impactos sociais e econômicos no Brasil da **Pandemia do Covid-19 e implicações futuras**. As análises são apresentadas em formato de artigos e conta com a colaboração de economistas e cientistas políticos.

FINDE | GRUPO DE PESQUISA EM FINANCEIRIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Universidade Federal Fluminense

SOBRE O FINDE:

O grupo de pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE), sediado na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, congrega pesquisadores e alunos de pós-graduação da UFF e de outras instituições, interessados em discutir questões acadêmicas relacionadas ao avanço do processo de financeirização e seus impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico das economias modernas.

O propósito do grupo é produzir estudos sobre como o avanço da financeirização tem transformado o ambiente macroeconômico condicionando decisões econômicas de famílias, firmas e governos, com desdobramentos sobre a dinâmica das economias no curto e no longo prazo.

A pauta de pesquisa é extensa e abarca temas da microeconomia – tomada de decisão dos agentes; funcionamento de mercados específicos; incentivos aos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico – da macroeconomia – instabilidade financeira sistêmica; regulação do sistema financeiro; autonomia e eficácia de política econômica; assimetrias internacionais – e da interação entre estas duas dimensões analíticas.

CONSELHO EDITORIAL DO BOLETIM:
Carmem Feijó – Editora Chefe
Adriano Vilela Sampaio - Editor
Fernanda Feil - Editora

EDITORES ASSOCIADOS:
Caio César de Azevedo, Daniel Consul, Daniel Henriques, Eduardo Mantoan, Júlia Leal, Linnit Pessoa e Vinicius Centeno

CONTATO DAS AUTORAS E AUTORES

Adriano Vilela Sampaio	adrianovs@id.uff.br
Andrea Gama	andreagama@id.uff.br
Carmem Feijó	cbfeijo@gmail.com
Dalton Boechat Filho	daltonboechat@gmail.com
Daniel Henriques	danielhenriques1987@gmail.com
Eduardo Mantoan	eduardo.mantoan@hotmail.com
Elena Soihet	elenasoihet@gmail.com
Eliane Araújo	elianedearaujo@gmail.com
Elisangela Araújo	elisangela15.araujo@gmail.com
Fernando Freitas	fernando.jgomes.freitas@gmail.com
Jéssica Maldonado	
Júlia Leal	juliaa.leal@hotmail.com
Leandro Monteiro	leandroalmeida@gmail.com
Linnit Pessoa	linnitpessoa@gmail.com
Luciano Luiz M. D'Agostini	lucianodagostini@yahoo.com.br
Luiz Macahyba	luizmacahyba@pped.ie.ufrj.br
Maria Isabel Busato	maria.busato@ie.ufrj.br
Maurício A. Weiss	mauricio.aw@gmail.com
Norberto Montani Martins	norberto.montani@gmail.com
Paula Marina Sarno	pmsarno@gmail.com
Paulo Gonzaga M. Carvalho	pgmcarvalho@openlink.com.br
Pedro Lange N. Machado	pedrolangenm@gmail.com
Samuel Costa Peres	*scperes2@uem.br*
Stefan W. D'Amaro	
Talita Cardoso Ferreira	

COORDENAÇÃO DO GRUPO:
Carmem Feijó -Professora Titular de Economia (UFF)

VICE-COORDENAÇÃO:
Adriano Sampaio - Professor de Economia (UFF)

ENDEREÇO:
R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n, Niterói – Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar

MAIS INFORMAÇÕES:

E-Mail: findeuff@gmail.com
Site: www.finde.uff.br
Facebook: findeuff
Instagram: findeuff
Twitter: findeuff
Youtube: /Financeirização Desenvolvimento

FINDE
GRUPO DE PESQUISA EM FINANCEIRIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Universidade Federal Fluminense

ONDE ESTAMOS:

R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n,
Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar
Gragoatá - Niterói – RJ
24210-200

findeuff@gmail.com

www.finde.uff.br